



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

HISTÓRIA DAS MULHERES – TEORIA E MILITÂNCIA NAS DÉCADAS DE 1960-1970

Autores: CLARISSA RODRIGUES SOARES;

Introdução

A história do campo de pesquisa da História das Mulheres demonstra o quanto foi demorado o processo de aceitação da área como legítima pesquisa histórica. Por muito tempo essa história ficou escondida, sem uma adequada representação feminina no que era produzido pela historiografia, permanecendo as mulheres silenciadas e ocultas do processo histórico.

Apesar de toda a luta feminista iniciada no século XIX em busca do direito à educação e posteriormente do direito ao voto, o movimento feminista viveu momentos menos intensos após a primeira onda de reivindicações, voltando a emergir – com uma intensidade jamais antes imaginada – apenas na década de 1960, período de florescimento dos movimentos contraculturais e das revoluções social e cultural que atingiram boa parte do mundo no período de prosperidade pós Segunda Guerra Mundial.

As mulheres adquiriram uma identidade política e pressionaram por mais direitos que garantissem uma maior igualdade entre os sexos. Avanços impensáveis em outros períodos foram conquistados pelas feministas da segunda onda, que agora ocupavam mais cargos no mercado de trabalho e preenchiam parcelas consideráveis das universidades, primeiro como acadêmicas, depois como professoras e pesquisadoras. Essas mudanças, juntamente com a crise dos paradigmas históricos que não respondiam as inquietações e participações de grupos até então marginalizados pela história, fez com que se estabelecesse como campo teórico autêntico a História das Mulheres.

Fortalecida e definível na década de 1970, essa história sempre esteve relacionada à política. Esse trabalho procura entender como se estabeleceu essa relação teoria-prática nesse período de efervescência, onde o feminismo tanto fez parte do movimento contracultural, como ajudou em sua construção, na luta pelo fim do totalitarismo tecnocrático e do sistema do patriarcado

Material e métodos

Trata-se de um trabalho que utiliza da metodologia de pesquisa bibliográfica, no qual foram utilizados o método de abordagem dedutivo e de procedimento monográfico. Para amparar a discussão utilizamos como marcos teóricos as obras de Michelle Perrot, Joan Scott e Margareth Rago que auxiliam na discussão a respeito do silenciamento das mulheres na História e ao desenvolvimento da segunda onda do feminismo e sua relação com a prática política. Para entender o efervescente período dos anos 1960 e 1970 e os movimentos de contracultura que surgiram nessas décadas utilizamos os estudos de Eric Hobsbawm e Theodor Roszak.

Resultados e discussão

Scott (1992) afirma existir uma conexão evidente entre a História das Mulheres e a política. Convenciona-se como ponto de partida originário desse campo a década de 1960, quando as mulheres passaram a reivindicar uma maior inserção tanto nos ambientes públicos, quanto na própria História, através da demonstração da atuação de mulheres ao longo dos séculos e de explicações sobre a opressão sofrida até então.

A década de 1960 é entendida por Eric Hobsbawm (1995) como um período de mudança e revolução cultural. Tais mudanças teriam começado a ocorrer dentro dos próprios lares. Hobsbawm, em consonância com Roszak, afirma que foram os jovens os grandes responsáveis pela revolução dos costumes que atingiu a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Por isso, segundo o autor “a melhor abordagem dessa revolução cultural é através da família e de casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos opostos e gerações” (HOBSBAWM, 1995, 314).



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Theodore Roszak (1972), historiador e sociólogo americano, denominou alguns fenômenos ocorridos nesse período, de movimentos “contra culturais”. Fizeram parte desses fenômenos, as revoluções de 1968, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, a ascensão *hippie*, a oposição à Guerra do Vietnã, a adoção do uso de drogas psicodélicas como forma de expandir a mente, o “amor livre”, enfim, questões que iam “contra a cultura” dominante.

Com a situação financeira estável no ocidente “desenvolvido” do pós-guerra, os pais investiram numa educação mais prolongada dos seus filhos mandando-os para as universidades, na intenção de proporcionar-lhes uma vida melhor do que a que tiveram, uma vez que não era mais necessário que os jovens saíssem cedo de casa para trabalhar e ajudar no sustento da família. A inserção desse grande número de jovens às universidades, além de contribuir na politização dessa geração, concedeu uma melhor formação a esses estudantes fazendo com que eles já saíssem das instituições diretamente para o mercado de trabalho. Dentre esses jovens que entraram para as universidades, uma parcela considerável passou a ser preenchida por mulheres. Scott (1992) afirma que durante a década de 1960 as próprias faculdades, escolas de graduação e fundações passaram a estimular as mulheres a entrarem no circuito acadêmico, através do oferecimento de bolsas de estudo e apoio financeiro substancial.

O ressurgimento do movimento feminista nos Estados Unidos, segundo Scott (1992), estimulado pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas públicas que buscavam firmar o espaço da mulher tanto no mercado de trabalho, quanto na academia, moldou “seu apelo e sua autojustificativa nos termos da retórica prevalecente de igualdade” (p67). Dentro desse processo, o feminismo acabou por criar uma identidade coletiva de mulheres que buscavam a liberdade e controle dos seus corpos, bem como o fim da subordinação, do silêncio, da invisibilidade.

Percebe-se que o feminismo na década de 1960 surgiu juntamente aos outros movimentos libertários da contracultura com demandas identitárias, reivindicando às mulheres não só os espaços públicos, mas lutando “por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p15). Além disso, o movimento trouxe pela primeira vez a discussão a respeito das relações de poder entre homens e mulheres e demonstrou existir não apenas a dominação clássica de classe, mas uma outra, sendo a do homem sobre a mulher, com características e interesses próprios.

Alcançando feitos muito além dos buscados pela primeira onda do feminismo, as mulheres tornaram-se uma força política imprescindível como jamais haviam sido vistas. De acordo com Hobsbawm (1995) exemplos excepcionais de emancipação e de uma nova consciência feminina puderam ser observados em diversos lugares do mundo ocidental, como a revolta das mulheres cristãs em países católicos romanos que bateram de frente com doutrinas conservadoras da Igreja; a eleição para presidência da Irlanda de Mary Robinson, advogada que defendia a liberação do código moral católico; entre outros eventos que colocaram a posição feminina em destaque contra modelos conservadores e limitadores da liberdade da mulher.

Os avanços promovidos pelo feminismo nos anos 1960 resultaram no fortalecimento do campo da história das mulheres nos anos 1970, que acompanhou a renovação da historiografia e a maior abertura a novos objetos. Segundo Constância Lima Duarte (2003), nos anos setenta a história presenciou um momento exuberante da história do feminismo com uma segunda onda que foi capaz de modificar radicalmente os costumes e radicalizar as reivindicações das mulheres.

Entretanto, apesar de todos os avanços o movimento feminista da segunda onda, nascido no seio do movimento contracultural emergente na década de 1960 e reforçado pela teoria da década de 1970, demonstrou também ter suas limitações políticas e teóricas, que passaram a ser observadas e questionadas pelo caráter branco e burguês de suas demandas. Ainda na década de 1970, teóricas feministas negras, como Beverly Fisher, passaram a denunciar outro silêncio e outra ausência: a das mulheres negras dentro das reivindicações do feminismo.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

Hobsbawm (1995) ressalta também o problema de classe inserido no feminismo produzido até então, pois o centro das discussões ainda estava na dificuldade de conciliação com emprego fora de casa e a família, problema esse enfrentado apenas pelas mulheres burguesas, uma vez que as mulheres pobres já haviam saído de casa para trabalhar em momentos muito anteriores ao final da segunda guerra mundial. Outro questionamento bastante levantado contra à produção feminista da segunda onda, segundo Cláudia de Jesus Maia (2016), dizia respeito a construção da ideia de um sujeito universal feminino que é “centrado na mulher branca, burguesa, heterossexual e católica” (p.255) produtor de um silenciamento de qualquer outro tipo de desigualdade de gênero.

Nos anos que se seguiram pós década de 1970 e a partir dessas críticas, o foco das discussões feministas passou a ser a diferença, adotando-se o termo gênero para “ênfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo” (SCOTT, 1992, p86). Tal categoria passou a representar, além da diferença entre os sexos, as diferenças dentro das próprias diferenças, destacando dentro do movimento todas as mulheres que não se encaixavam na “hegemonia heterossexual da classe média branca do termo ‘mulheres’, argumentando que as diferenças fundamentais da experiência tornaram impossível reivindicar uma identidade isolada” (SCOTT, 1992, p87). Assim, mulheres negras, lésbicas, pobres, judias, mães solteiras e outras várias categorias foram introduzidas no debate, ressaltando a necessidade e o desafio de se repensar tanto a teoria quanto a prática do movimento nos anos que estavam por vir.

Mesmo com todas as críticas plausíveis ao feminismo da segunda onda, não parece sensato negar a evolução deixada pelo movimento que permitiu que fosse possível compreender melhor a condição das mulheres no mundo e contribuiu para um despertar de “uma consciência de si mesmas”, como bem afirmou Perrot (2005, p26). Ademais, mesmo que não atingisse outras demandas identitárias, esse movimento das mulheres suscitou questões de interesse geral e que se tornaram urgentes “à medida que a convulsão social que esboçávamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal” (HOBSBAWM, 1995, p313).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Apesar de se manifestarem e lutarem contra o sistema estabelecido pela tecnocracia, de parecer que o movimento jovem era o único caminho para derrotar o *status quo*, a contracultura foi suplantada. O Sistema utilizou o movimento contra ele mesmo, ao inseri-lo maciçamente dentro dos meios de comunicação. A rebelião passou a vender muito bem e a cultura de massa se apropriou dela. Assim, a contracultura foi vulgarizada e perdeu sua força. O movimento feminista que se reacendeu durante esse período de mudança das décadas de 1960-1970 e se estabeleceu como contracultura, auxiliando na luta política contra a sociedade tecnocrática e contra o patriarcado, demonstrou também ter suas limitações tanto teóricas, quanto políticas, sendo questionado dentro do próprio feminismo pela ausência de diversidade em suas demandas.

Entretanto, mesmo sendo suplantada a utopia de uma sociedade igualitária, menos consumista, em que estivessem extintas as hierarquias entre as classes e os sexos, a contracultura acabou modificando de alguma forma a sociedade. O movimento contracultural abriu espaço para críticas e reflexões a respeito da sociedade do consumo, individualista, conservadora e machista. O feminismo da segunda onda, participante e construtor dessa contracultura, mesmo com as críticas posteriores que denunciaram a exclusão de outras categorias de gênero, permitiu avanços até então inimagináveis, permitindo além de uma nova visão sobre a mulher, um novo olhar muito mais crítico para a própria historiografia.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que financia a presente pesquisa. À professora Dra. Cláudia Maia, professora do Programa de Pós-graduação em História que incentivou a produção e reflexão a respeito das possibilidades teóricas e metodológicas disponíveis para análise do tema.

Referências bibliográficas



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, 2003, vol.17, no.49, p.151-172.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAIA, Cláudia de Jesus. Rebelião e insubmissão. O feminismo e movimento das mulheres no Brasil contemporâneo. In: JESUS, Isabel Henrique de; RIBEIRO, Paula Gomes; MIRA, Rita; CASTRO, Zília Oodoro de (orgs). **Falar de mulheres – dez anos depois**. Húmus, 2016.

PEDRO, Joana. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. vol.23 no.45 São Paulo, jul. 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, N° 36, JUN. 2010, p. 15-23.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

RIBEIRO, Djamila. **As diversas ondas do feminismo acadêmico**. Disponível em < <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico9622.html>>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

ROSZAK, Theodore. **A Contracultura**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.